

Pibid e Residência Pedagógica e seus impactos na formação docente: percepção de coordenadores institucionais

Resumo

Este trabalho visa a apresentar impactos na formação docente a partir da percepção de professores coordenadores institucionais em relação à participação de estudantes de licenciatura no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid e no Programa de Residência Pedagógica – PRP. Os programas Pibid e Residência Pedagógica são políticas públicas de incentivo e valorização do magistério que permitem vivenciar a indissociabilidade entre teoria e prática, universidade e escola. A coleta dos dados foi realizada por meio do formulário Google, e possui 223 sujeitos de pesquisa, pertencentes a 172 diferentes IES brasileiras, dos quais 112 Coordenadores(as) Institucionais do Pibid, 106 do Residência Pedagógica e 03 ex-coordenadores institucionais, que responderam à seguinte questão: Na sua percepção, quais os impactos dos Programas na formação dos futuros professores? Os dados foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2011), resultando em quatro categorias: Modelo Pedagógico, Identidade Docente, Articulação (Escola e Universidade ou entre licenciaturas) e Impacto e permanência na licenciatura. Dos resultados obtidos infere-se que o modelo utilizado nos programas, do qual destaca-se a articulação entre Universidade e Escola da educação básica, alimenta o processo de fortalecimento das licenciaturas e contribui de forma significativa para a consolidação da identidade docente.

Palavras-chave: Pibid; residência pedagógica; formação docente; identidade docente.

Cristiane Antonia Hauschild Johann

Universidade do Vale do Taquari –
Univates – Lajeado/RS – Brasil
crishauschild@univates.br

Jaqueline Rabelo de Lima

Universidade Estadual do Ceará –
UECE – Crateús/CE – Brasil
jaqueline.lima@uece.br

Para citar este artigo:

JOHANN, Cristiane Antonia Hauschild; LIMA, Jaqueline Rabelo de. Pibid e Residência Pedagógica e seus impactos na formação docente: percepção de coordenadores institucionais. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 56, p. 12-31, set./dez. 2023.

DOI: 10.5965/1984723824562023012

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723824562023012>



Pibid and pedagogical residency and their impacts on teacher education: perception of institutional coordinators

Abstract

This paper aims to present impacts on teacher education from the perception of institutional coordinating professors regarding the participation of undergraduate students in the Institutional Program of Scholarship Initiation to Teaching - Pibid, and in the Pedagogical Residency Program - PRP. The Pibid and Pedagogical Residency programs are public policies of encouragement and appreciation of the teaching profession that allow the experience of the inseparability between theory and practice, university and school. The data collection was carried out by means of Google Forms, dealing with 223 research subjects, belonging to 172 different Brazilian HEIs, of which 112 are Institutional Pibid Coordinators, 106 Pedagogical Residency coordinators, and 03 are former institutional coordinators, who answered the following question: In your perception, what are the impacts of the Programs on the education of future teachers? The data were analyzed using the Textual Discourse Analysis (TDA) by Moraes and Galiazzi (2011), resulting in four categories: Pedagogical Model, Teaching Identity, Articulation (School and University or between teaching degrees) and Impact and permanence in the degree. From the results obtained, it is inferred that the model used in the programs, which highlights the articulation between University and School of Basic Education, nurtures the process of strengthening the undergraduate programs and contributes significantly to the consolidation of the teaching identity.

Keywords: Pibid; pedagogical residency; teacher education; teacher identity.

Pibid y residencia pedagógica y sus impactos en la formación docente: percepción de coordinadores institucionales

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar los impactos en la formación docente a partir de la percepción de los docentes coordinadores institucionales en relación a la participación de estudiantes de licenciatura en el Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid y en el Programa de Residência Pedagógica - PRP. Los programas Pibid y Residência Pedagógica son políticas públicas de incentivo y valoración de la profesión docente que permiten vivenciar la indivisibilidad entre teoría y práctica, universidad y escuela. La recopilación de datos se realizó a través de un formulario Google, tratándose de 223 sujetos de investigación, pertenecientes a 172 diferentes IES brasileñas, de las cuales 112 Coordinadores/as Institucionales de Pibid, 106 de Residência Pedagógica y 03 ex-coordinadores institucionales. Respondieron a la siguiente pregunta: En su percepción, ¿cuáles son los impactos de los Programas en la formación de futuros profesores? Los datos fueron analizados por medio de Análisis Textual Discursivo (ATD) de Moraes y Galiazzi (2011), resultando en cuatro categorías: Modelo Pedagógico, Identidad Docente, Articulación (entre Escuela y Universidad o entre licenciaturas) e Impacto y permanencia en la licenciatura. De los resultados obtenidos se puede inferir que el modelo utilizado en los programas, que destaca la articulación entre Universidad y Escuela de Educación Básica, alimenta el proceso de fortalecimiento de las licenciaturas y contribuye significativamente a la consolidación de la identidad docente.

Palabras clave: Pibid; residencia pedagógica; formación docente; identidad docente.

Porque já temos uma história

Muitos egressos já estão lecionando e a participação no Programa foi um diferencial para essa inserção.
(CI PRP 28)¹

Criada em 11 de julho de 1951 pelo Decreto nº 29.741, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tinha por objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (BRASIL, 1995). Portanto, a trajetória inicial da Capes foi dedicada à pós-graduação. A partir de 2007, com a reconfiguração da Capes, foi criada a Diretoria de Educação Básica Presencial – pela Lei 11.502 de 11 de julho de 2007 –, hoje denominada Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB, que passou a ter atribuição na formação de professores para a educação básica e valorização do magistério em todos os níveis e modalidades.

A DEB passou a fomentar uma série de programas voltados à educação básica, entre eles, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, instituído pela Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007, com o objetivo de “fomentar a iniciação à docência de estudantes de instituições federais de educação superior e preparar a formação de docentes em nível superior, em curso presencial de licenciatura de graduação plena para atuar na educação básica pública” (BRASIL, 2007a). O diferencial desse programa está no seu desenho pedagógico, com foco nos estudantes de licenciatura, tendo a participação de professores formadores (de Instituições de Ensino Superior) e professores supervisores (de escolas públicas), conforme dinâmica ilustrada na figura 1:

¹ No percurso metodológico explica-se a forma escolhida para identificar citações diretas de sujeitos da pesquisa.

Figura 1 – Organização do Pibid



Fonte: Relatório de Gestão DEB – Pibid, 2013.

Conforme Hauschild,

os pressupostos teóricos do Pibid estão apoiados nos estudos sobre o desenvolvimento profissional docente de Nóvoa (2009), sendo eles a formação do professor referenciada na vivência de situações concretas; a combinação do conhecimento teórico e metodológico dos professores de ensino superior com o conhecimento prático dos professores das escolas públicas; a investigação, pesquisa e inovação na educação; o diálogo e o trabalho coletivo (Hauschild, 2016, p. 40).

Em 2009, o programa foi ampliado para instituições públicas estaduais, por meio do Edital CAPES nº 02/2009, de 16 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009b). Em 2010, a Portaria nº 72, de 09 de abril de 2010, permitiu a participação de instituições públicas municipais e instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2010b). Em 2010, o Pibid passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 7.219, de 24 de julho (BRASIL, 2010c). Cabe destacar ainda que, em 2010, também foi lançado o Programa Pibid Diversidade por meio do Edital Conjunto CAPES/SECADI-MEC nº 02/2010 para alunos dos cursos de licenciatura dos programas da SECADI, PROLIND e PROCAMPO (BRASIL, 2010d).

Ao longo da história, diferentes portarias foram definindo as normas gerais do Pibid: a Portaria nº 122, de 18 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009a), a Portaria nº 72 de 9

de abril de 2010 (BRASIL, 2010a) , a Portaria nº 260, de 30 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2011) e a Portaria 096, de 18 de julho de 2013. Outro destaque dessa trajetória do Pibid é a sanção da Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que alterou o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394/96, incluindo, entre outras questões, no Art. 62, §5 o Pibid, conforme segue:

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública **mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.** (BRASIL, 2013, grifo nosso)

Dessa forma, o Pibid ganhou o caráter de política de Estado, sinalizando que a formação de professores passou a ter espaço em nosso país. Os editais de 2013, que iniciaram as atividades em 2014, elevaram o Pibid ao seu maior número de bolsas concedidas por edital, 90.254, contudo, a partir de 2015, ganhou força um movimento iniciado em 2013 e que culminou com o golpe que retirou do poder a Presidenta Dilma Rousseff no primeiro semestre de 2016. A partir do golpe, intensificam-se os retrocessos sociais, políticos com impactos em todos os setores, principalmente no campo educacional, o que foi denunciado em inúmeros espaços de resistência, a exemplo da Conferência Nacional Popular da Educação – CONAPE, realizada em junho de 2022 e que expôs em seu documento final:

No caso brasileiro, a crise, muito mais complexa, associada à escalada do neoliberalismo, tem como ponto de inflexão o golpe de estado jurídico, parlamentar e midiático que depôs a presidenta Dilma Rousseff, ocorrido no ano de 2016, sem a necessária base legal. O golpe foi patrocinado pelo capital agrário, industrial e financeiro, nacional e internacional, com o apoio do monopólio dos meios de comunicação, dos setores conservadores e fundamentalistas da sociedade brasileira, da maioria conservadora do Congresso Nacional, de parte expressiva das lideranças e grupos religiosos, de militares, de algumas lideranças dos movimentos sociais, e contou com a cumplicidade do Judiciário. No plano internacional, ganha importância a imposição, pelo imperialismo norte-americano, de uma agenda política e econômica de desindustrialização e de privatização dos bens públicos e das reservas naturais, especialmente, o petróleo e, conseqüentemente, a Petrobrás. (CONAPE, 2022, p. 10-11)

No contexto de crise, de golpe e de interrupção do governo progressista, vários programas do campo educacional foram descontinuados, a exemplo do Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI, do Programa Novos Talentos, Observatório da Educação e do Ciências sem Fronteira. A descontinuidade do Pibid também foi anunciada, num contexto de modernização, cujos fundamentos e princípios nunca foram adequadamente apresentados.

A extinção do Pibid não foi materializada em função da enorme mobilização articulada pelo então Fórum de Coordenadores Institucionais do Pibid, atualmente ampliado para inclusão do Programa Residência Pedagógica, que denunciou a tentativa de extinção do programa assim como articulou ações de resistência envolvendo a sociedade civil, escolas, entidades educacionais, universidades e parlamento. Assim nasceu o movimento FicaPibid!

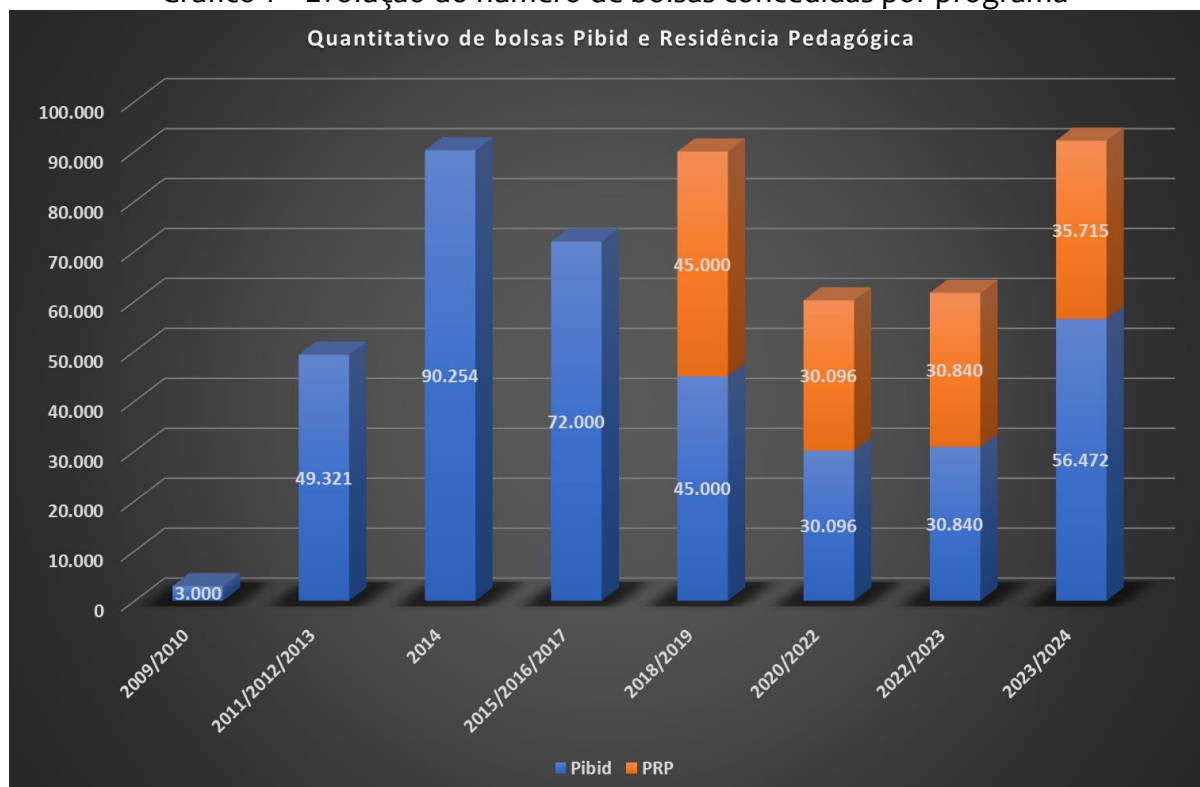
A luta e resistência do Forpibid juntamente com um conjunto de instituições em prol da educação brasileira garantiram a continuidade do Pibid e a reestruturação do que seria o Residência Docente, de modo que, em 2018, foi lançado o Programa de Residência Pedagógica, instituído pela Portaria nº 38 de 28 de fevereiro de 2018. Assim, o Pibid passou a ser ofertado para estudantes da primeira metade da licenciatura e o Residência Pedagógica para estudantes da segunda metade do curso de licenciatura. O desenho pedagógico do PRP é semelhante ao do Pibid apresentado na figura 01, apenas usando nomenclaturas distintas. No PRP, temos o Coordenador Institucional, os docentes orientadores, os professores das escolas parceiras – preceptores e os estudantes de licenciatura – os residentes.

A partir de 2018, Pibid e Residência Pedagógica passaram a ser regidos pela Portaria Capes nº 45, de 12 de março de 2018. Essa portaria traz um diferencial no tratamento dos programas, passando o Residência Pedagógica a ter um controle autoritário, exigindo do acadêmico o cumprimento das 440h sob pena de devolução integral das bolsas recebidas. Esse período foi de uma série de retrocessos: tais como a definição de áreas prioritárias, o aumento da proporcionalidade de estudantes por professor, entre outras questões. Salientamos que todos foram anunciados nos Informes do Forpibid-rp e em audiências públicas.

Em 2020 e em 2022, foram lançados editais para os dois Programas. Os editais de 2022 passaram por uma série de atualizações, retirando alguns quesitos do retrocesso anteriormente anunciado. Os mesmos também passaram a ser regrados por duas portarias distintas, a Portaria Capes nº 82, de 26 de abril de 2022, que apresenta as normas do PRP e a Portaria Capes nº 83, de 27 de abril de 2022, que apresenta as normas do Pibid. Ambas publicadas em 28 de abril de 2022.

O gráfico 1 mostra a evolução do quantitativo de cotas concedidas ao longo da história dos programas. Cabe destacar, que com o novo cenário político do Brasil, a partir da eleição de 2022 e com o retorno de um governo progressista, reabrem-se os espaços de discussões, e, nesse contexto, duas das principais demandas das instituições de ensino superior foram atendidas: ampliação do quantitativo de cotas de estudantes de licenciaturas em 30.507, e aumento no valor das bolsas.

Gráfico 1 – Evolução do número de bolsas concedidas por programa



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados fornecidos pela Capes, 2023.

Diante do exposto, a escolha por esta pesquisa se justifica pela importância dos Programas Pibid e Residência Pedagógica na política nacional, bem como a avaliação dos impactos destes na formação docente de forma que essa avaliação permita novas compreensões para os processos de formação de professores e professoras. Na próxima seção, apresentaremos o percurso metodológico da pesquisa e, na sequência, a análise de dados e as considerações finais.

Percurso metodológico

A abordagem da pesquisa, que visa compreender os impactos na formação docente, é qualitativa, cujos dados foram obtidos por meio de um questionário com questões objetivas e dissertativas respondido por Coordenadores Institucionais dos programas Pibid e Residência Pedagógica de diferentes regiões do país. A escolha por essa forma de obter dados ocorre uma vez que o seu emprego oportuniza atingir um grande número de sujeitos de pesquisa (Gil, 1989).

No Período de agosto a dezembro de 2022, 112 Coordenadores(as) Institucionais Pibid, 106 do PRP e 03 ex-coordenadores institucionais dos programas, responderam, via formulário on-line, a seguinte questão: *Na sua percepção, quais os impactos dos Programas na formação dos futuros professores?* Os sujeitos de pesquisa foram identificados por CI Pibid 01, CI Pibid 02,..., ou CI PRP 01, CI, PRP 02, e assim sucessivamente.

Dentre os 480 Projetos institucionais aprovados com cotas de bolsas nos Editais Capes n. 23 e 24/2022, 223 Coordenadores responderam ao questionamento, sendo a maioria da região sudeste (83), seguidos pela região Nordeste (57), Sul (46), Centro-Oeste (22) e Norte (15). Esse resultado tem relação direta com a distribuição de cotas de bolsas dos últimos editais.

A técnica de análise de dados empregada foi a Análise Textual Discursiva (Moraes; Galiazzi, 2011), pois permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados utilizando-se do processo de unitarização, categorização e captura do emergente. O processo inicia com a unitarização que “implica examinar os textos em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciadas referentes aos fenômenos estudados” (Moraes; Galiazzi, 2011, p. 11).

Na sequência, de posse das unidades de significado do *corpus* da pesquisa, as mesmas foram aproximadas para a construção de categorias emergentes de forma indutiva. Para Moraes e Galiazzi (2011, p. 23-24), essa abordagem de categorização implica um “processo de comparar e contrastar constantemente entre as unidades de análise, o pesquisador vai organizando conjuntos de elementos semelhantes, geralmente com base em seu conhecimento tácito”. Por fim, as categorias produzidas foram teorizadas, com o objetivo de permitir novas leituras sobre o fenômeno estudado. São elas: Modelo Pedagógico, Identidade Docente, Articulação (Escola e Universidade ou entre licenciaturas) e Impacto e permanência na licenciatura.

Com a palavra, os(as) Coordenadores(as) Institucionais

(Trans)formar diferentes saberes docentes, de diferentes tipologias de sujeitos, na articulação entre universidade e escolas.
(CI PRP 32)

Da análise textual discursiva das respostas dos Coordenadores(as) institucionais, em relação à questão central proposta neste trabalho, emergiram quatro categorias: Modelo Pedagógico, Identidade Docente, Articulação (Escola e Universidade) ou (Entre licenciaturas) e permanência na licenciatura. O primeiro olhar buscou relacionar as categorias emergentes com os objetivos dos programas estabelecidos, respectivamente, para Pibid e PRP pelas portarias Capes nº 82 e 83, de 26 e 27 de abril de 2022, conforme apresentado no quadro 01.

Quadro 01 – Relação entre objetivos dos programas e impactos destes na formação docente, segundo Coordenadores(as) institucionais

Categorias Emergentes	Objetivos Pibid - Portaria nº 83	Objetivos PRP - Portaria nº 82
Impacto e Permanência na Licenciatura	I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;	i - fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
Identidade Docente	II - contribuir para a valorização do magistério;	ii - contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;

Articulação IES e Escola	III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;	iii - estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
Modelo Pedagógico	IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;	iv - valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional; e
	V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;	v - induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula.
	VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

O modelo pedagógico aparece nas impressões dos Coordenadores(as) institucionais como fator impactante na formação de professores(as) e também tem centralidade nos objetivos de ambos programas. Nesse modelo, licenciandos(as) são inseridos(as) no contexto das escolas desde o início do curso, contando com a supervisão de docentes das Escolas parceiras (supervisores ou preceptores), que atuam como coformadores desses estudantes e com os professores das universidades, como destacado pela Coordenadora Institucional do programa Pibid:

Sem dúvidas estar em contato com o cotidiano escolar e sua organização logo no início da graduação tem colaborado, somado, para a articulação entre a teoria e a prática, ainda que o licenciando não saiba explicar dessa forma. (CI-Pibid-82)

A superação de um modelo de formação, no qual a prática está dissociada da teoria se configura como uma demanda histórica para o campo da formação, demanda

essa que teve um significativo retrocesso com a aprovação da Resolução CNE/CP 02/2019, que estabeleceu as diretrizes para formação de professores(as) e retomou um modelo que mantém a dicotomia teoria-prática. Desde a sua homologação, em dezembro de 2019, associações docentes, pesquisadores e professores têm apontado os retrocessos da Resolução e sua implantação tem se configurado como espaço de disputas sobre o modelo de formação que se pretende impor aos professores(as) do Brasil (Carvalho, 2021). Também nesse contexto, o modelo implementado pelos programas representa mais uma linha de resistência para garantir espaços formativos que articulam teoria e prática, como destaca a coordenadora institucional CI-Pibid 94:

Os impactos são significativos na formação do futuro professor, pois permite a articulação entre teoria e prática (práxis) no contexto escolar (CI-Pibid 94).

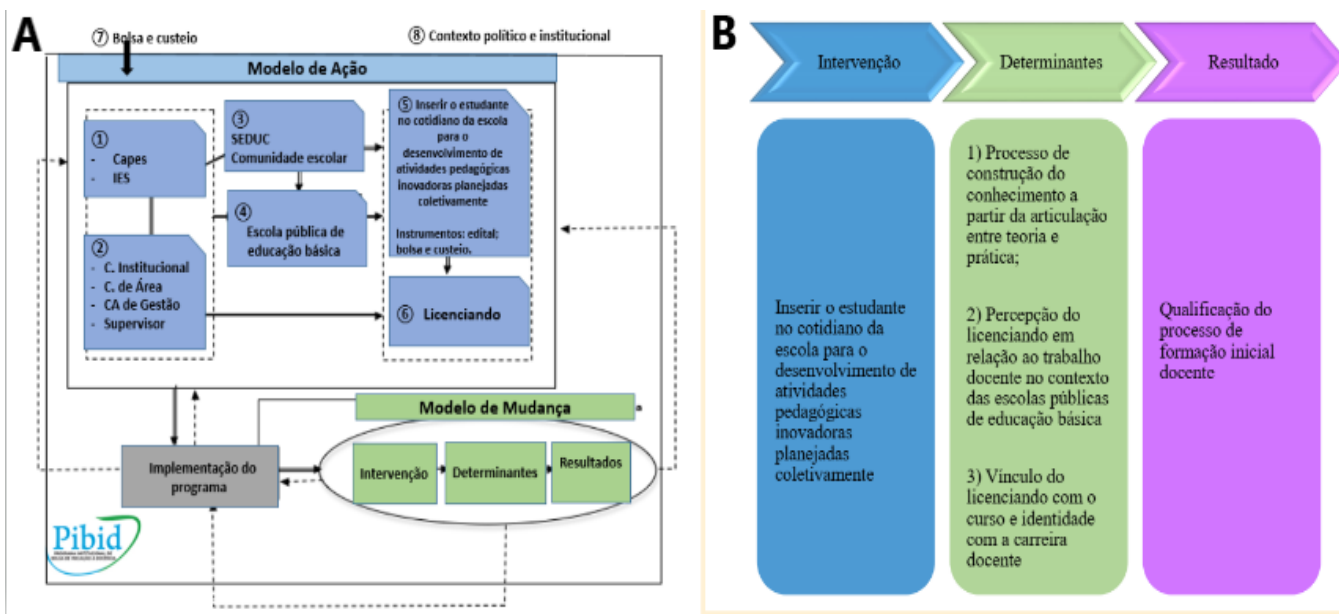
No modelo experimentado pelos Programas Pibid e Residência Pedagógica destaca-se a estreita relação entre uma sólida construção teórica e a vivência prática no contexto escolar. Fundamental destacar que essa vivência não se limita a momentos de regência, mas perpassa toda a multiplicidade de ações docentes no chão da escola, tais como planejamento, participação em conselhos, reuniões, eventos e demais atividades que compõem o cotidiano escolar, num processo sinérgico no qual a interação entre os diferentes atores que participam do programa coadunam para qualificação da formação, como destacado pela Coordenação institucional CI- Pibid 96:

O Pibid abre espaços para os diferentes atores, em experiências de autoformação, e coformação no processo de aprendizagem da docência. Professores e futuros professores assumem autoria e protagonismo no processo de formação (CI- Pibid 96).

Realizando um estudo avaliativo do Pibid e de suas contribuições educacionais, Villas Bôas (2018) apresenta um quadro representativo do modelo de ação (Figura 2-A) e um modelo de mudança proposto pelo programa (Figura 2-B). A pesquisadora conclui que a elaboração de novas propostas que pretendam qualificar a formação inicial de

professores deve buscar interferir nos três determinantes apontados no modelo de mudança da Teoria do Pibid.

Figura 2–A – Modelo de Ação e B – Modelo de Mudança do Pibid



Fonte: Villas Bôas, 2018.

Esse modelo, que garante a imersão dos estudantes no ambiente escolar e oportuniza maior contato com a comunidade escolar, suas rotinas, contribui, segundo Reszka e Silva (2021), também para construção da identidade profissional, o que foi categorizado, neste trabalho, como Identidade docente.

Em estudo recente realizado por Souza e Dias (2022) sobre a construção da identidade docente no Pibid na formação inicial de professores de Ciências e Biologia, os autores também destacaram a aproximação entre a universidade e a escola básica associada ao estreitamento entre teoria e prática como fatores essenciais para a construção dessa identidade.

A Identidade docente ficou muito evidente na análise realizada das respostas dos sujeitos da pesquisa, e, no contexto deste trabalho, está em estreita relação com o modelo pedagógico do programa, considerando-se a relação fundante entre Universidade e Escola, proposta no Pibid e no PRP. Recorremos aqui ao que nos aponta Nóvoa (2009) quando destaca que:

Através dos movimentos pedagógicos ou das comunidades de prática, reforça-se um sentimento de pertença e de identidade profissional que é essencial para que os professores se apropriem dos processos de mudança e os transformem em práticas concretas de intervenção. (Nóvoa, 2009, p. 08)

A estreita relação entre Universidade e Escola também é apontada por Borges (2023) como ponto central para a formação da identidade docente entre egressos do programa. O autor acrescenta que estudos sobre o programa, em geral, admitem a prática como elemento central dessa constituição. Novamente, verifica-se que o modelo do Pibid e do PRP, no qual a inserção do(a) licenciando(a) na Escola se dá desde a entrada no programa, tem centralidade na formação da identidade docente, como apontado por Pimenta (1996) em um trabalho seminal sobre essa discussão.

Para a autora, há modelos formativos nos quais conteúdos e atividades de estágio estão distanciados da realidade das escolas e pouco têm contribuído para gerar uma nova identidade do profissional docente, acrescentando que a formação deve permitir a reflexão docente sobre a prática, superando a dicotomia teoria-prática e implementando um modelo formativo. Essa concepção está materializada na fala das Coordenadoras Institucionais do PRP e do Pibid transcritas abaixo:

Houve um ressignificado da Formação com acadêmicos conhecendo realmente a docência no percurso formativo! Não só do quadro efetivo. O mesmo para o Docente Orientador. (CI- PRP 36)

Os impactos são positivos em vários sentidos: na autonomia dos estudantes, na consciência da profissão, no desempenho da docência, no posicionamento e amadurecimento político sobre a função do profissional do ensino na educação básica. (CI- Pibid 42)

Estudos relacionado à afirmação/formação/ampliação da identidade docente foram realizados em diferentes licenciaturas, entre elas: Computação (Santos, 2019), Ciências e Biologia (Souza *et al.*, 2022), Matemática (Ambrosetti *et al.*, 2013) e (Passos *et al.*, 2017), Ciências Naturais (Lima *et al.*, 2018) e Letras (Oliveira, 2017) apenas para citar algumas. Em todos esses trabalhos, a articulação entre Universidade e Escola é apontada como ponto central para a formação da identidade docente. Essa articulação também foi

destacada por coordenadores(as) institucionais que enfatizam em suas falas questões como:

Formação mais próxima da realidade, mudança na postura dos docentes orientadores e coordenadores de área; fortalecimento das parcerias entre instituições de ensino superior e de educação básica. (CI- PRP 17)

Formação contextualizada e articulada às necessidades da escola e dos estudantes. (CI- PRP 22)

Torna-se ainda imperativo destacar a estreita relação apontada entre articulação Universidade e Escola com seu impacto e permanência nos cursos de licenciaturas, como destacado pela Coordenadora do PRP:

Os impactos começam na diminuição do índice de evasão dos cursos de licenciatura, especialmente das áreas de Física, Matemática e Química. Os egressos dos programas relatam apresentarem menos dificuldades em atuarem em sala de aula, com ações melhor planejadas para promover os processos de ensino e aprendizagem. Os programas (Pibid RP) ainda possibilitam o retorno de supervisores e preceptores para o espaço da universidade através, principalmente, dos programas de Mestrado. (CI- PRP 20)

No contexto do chamado “apagão das licenciaturas” que, segundo Esquinsani e Esquinsani (2018), “assenta-se, sobretudo, em duas constatações: a parca opção por cursos de licenciatura e a defasagem quantitativa entre o número de jovens professores e o número de docentes na etapa final de suas carreiras” (Esquinsani; Esquinsani, 2018, p. 258) e nos ancorando ainda em números recentes, apresentados no censo da Educação Superior, que evidenciaram que para as licenciaturas houve uma queda de 12,8% entre 2020 e 2021; a implementação de programas e projetos que atuem como fatores de fixação do estudantes nos cursos de licenciatura assume centralidade nas políticas de formação docente.

Somam-se a isso as ainda elevadas taxas de professores(as) que atuam sem licenciatura na área específica. Segundo o último censo da Educação Superior, divulgado no final de 2022 (MEC, 2022), entre os docentes de Sociologia apenas 40,7% possuem licenciatura em Sociologia; dados semelhantes são descritos para Língua Estrangeira (46,6%), Filosofia (52,4%), Física (53,1%), Artes (59%), Química (66,6%). Esses dados

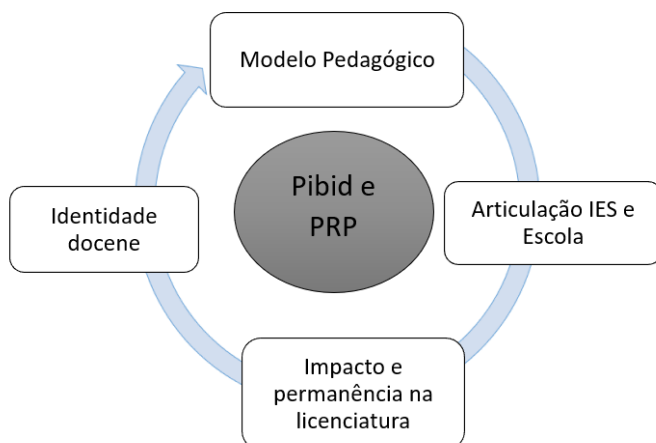
ratificam a fundamental importância de programas como Pibid e Residência Pedagógica como estratégias de combate à evasão e ao abandono das licenciaturas, mas também como apoio fundante para a valorização da profissão docente e consequente ampliação do interesse dos jovens pela carreira docente.

Outra evidência preocupante apontada pelo censo se refere ao fato de que, desde 2018, o número de estudantes em cursos de licenciatura a distância supera o número daqueles que cursam cursos presenciais. Segundo dados do Censo, essa é uma tendência na configuração dos cursos de formação dos(as) professores(as) brasileiros que atuarão na educação básica e teve início em 2014, mantendo-se de forma consistente desde então. Em nossa percepção, essa problemática deve ser debatida, inclusive no contexto dos programas, de modo a garantir a qualidade da formação inicial ofertada aos estudantes brasileiros. Essa temática não será aprofundada neste artigo, mas está no horizonte de discussões/reflexões fundamentais para a proposição de programas/projetos de formação inicial e continuada.

Considerações finais

Uma vasta produção científica tem ratificado que Pibid e Residência Pedagógica são programas exitosos no fomento da qualidade da formação inicial de professores(as) no Brasil. No trabalho em tela, essa afirmação está materializada na relação entre as categorias descritas pelos entrevistados e na sua relação direta com os objetivos de ambos os programas, assim como nas falas desses sujeitos. Importante destacar que embora tenhamos categorizado as falas dos entrevistados, essas categorias estão intimamente imbricadas (Figura 3) e destacam os impactos na formação docente a partir dos programas.

Figura 3 – Impactos na formação docente no âmbito do Pibid/PRP



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Essa evidência permite inferir que o modelo utilizado nos programas Pibid e Residência pedagógica, do qual se destaca a articulação entre Universidade e Escola da educação básica, alimenta o processo de fortalecimento das licenciaturas e contribui de forma significativa para a consolidação da identidade docente e a valorização da profissão docente.

Referências

AMBROSETTI, Neusa Banhara; NASCIMENTO, Maria das Graças Chagas de Arruda; ALMEIDA, Patrícia Albieri; CALIL, Ana Maria Gimenes Corrêa; PASSOS, Laurizete Ferragut. Contribuições do Pibid para a formação inicial de professores. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 151-173, 2013.

BORGES, Lânica Moreira Rezende. **O Pibid na constituição da identidade docente e do professor formado em Pedagogia**: um balanço do conhecimento no GT8 da ANPED. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Inhumas, Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 29741 de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1995. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html> Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 11502. 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jul. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 38, de 12 de dezembro de 2007a. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID para instituições federais de ensino superior – IFES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo1003.pdf> Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital MEC/CAPES/FNDE 2007 de 13 de dezembro de 2007b. Seleção pública de propostas de projetos de iniciação à docência voltados ao Programa Institucional de Iniciação à Docência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: http://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_PIBID.pdf, Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 122. de 16 de setembro de 2009. Dispõe sobre o PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, no âmbito da CAPES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2009a. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/PortariaNormativa122_PIBID.pdf. Acesso em: 15 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital CAPES nº 2/2009. Amplia o Pibid para instituições federais e estaduais de ensino superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de setembro de 2009b. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital02_PIBID2009.pdf. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 72 de 9 de abril de 2010. Dá nova redação a Portaria que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, no âmbito da CAPES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 abr. 2010a. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria72_Pibid_090410.pdf. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital CAPES nº 18/2010. Convite para Editais Pibid provenientes de instituições públicas municipais e comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 abr. 2010b. Disponível em:

http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital18_PIBID2010.pdf.
Acesso em: 15 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 7219 de 24 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2010c. Disponível em:
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=25/06/2010> Acesso em: 20 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital Pibid Diversidade de 22 de outubro de 2010. Lança o Pibid para alunos dos cursos de licenciatura dos programas da SECADI, Prolind e Procampo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 2010d. Disponível em:
http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital002_2010_CapesSecad_PIBIDiversidade.pdf. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 260 de 30 de dezembro de 2010. Aprova as normas do Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência – PIBID. **Diário Oficial União**, Brasília, DF, 3 jan. 2011. Disponível em:
http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260_PIBID2011_No masGerais.pdf. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 12796 de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 abr. 2013. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 22 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 096 de 18 de julho de 2013. Novo regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jul. 2013. Disponível em:
http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_Apro vaRegulamentoPIBID.pdf. Acesso em: 25 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital 061/2013. Convida Instituições de Ensino Superior a proporem seus projetos de iniciação à docência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 de ago. 2013. Disponível em: http://cac.php.unioeste.br/programa/pibid/docs/Edital_061_2013_PIBID.pdf. Acessado em: 13 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão 2009-2011 DEB**. [S.l.], 2013. Disponível em
http://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/bolsas/DEB_RelatorioFinal-Gestao-2009-2011.docx. Acessado em: 20 mar.2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo da Educação superior 2021. [Online]**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 maio 2023.

CARVALHO, Mark Clark Assen de. O regresso das indefinições sobre a formação de professores: entre disputas, negações e resistências. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 202-215, July 2021. Available from: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000300202&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 jun. 2023.

CONAPE. **Documento Final da CONAPE 2022. [S.l.]**: FNPE, 2022. Disponível em https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2022/08/2022_08_15_documento_final_conape13h.pdf. Acesso em: 02 outubro 2022.

HAUSCHILD, Cristiane Antonia. **Características docentes e ações formativas necessárias ao desenvolvimento profissional na iniciação à docência em matemática no âmbito do Pibid**. 2016. 166 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira; ESQUINSANI, Valdocir Antonio. O ‘apagão’ docente: licenciaturas em foco. **Contrapontos**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 258-269, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v18n3.p258-269>. Acesso em: 21 maio 2023.

LIMA, Lídia Moreira; SILVA, Delano Moody Simões; CAIXETA, Juliana Eugenia. O Pibid e a identidade docente: a visão dos/as licenciandos/as sobre as contribuições do programa na Universidade de Brasília. **Ciências em Foco**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 27-44, 2018.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

NÓVOA, Antônio. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Hélvio Frank. A bagagem do Pibid para a formação inicial docente e para a construção da identidade profissional. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 56, p. 913-934, 2017.

PASSOS, Angela Meneghello; ARAÚDO, Roberta Negrão; PASSOS, Marinez Meneghello; ARRUDA, Sergio de Mello. Aspectos da identidade docente em licenciandos de Matemática no contexto do Pibid. **Acta Scientiae**, Canoas, v. 19, n. 4, p. 601-618, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72-89, 1996. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551996000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 maio 2023.

SANTOS, Josilda Conceição dos Santos; DAMASCENO, Handherson Leytton Costa, SANTOS, Everton de Jesus. A constituição da identidade docente a partir do Pibid: uma experiência de formação de licenciandos em computação no IFBA- campus Santo Amaro-BA. **Revista Humanidades e Inovação**, Tocantins v. 6, n. 10, p. 385-390, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1091>. Acesso em: 20 maio 2023.

SILVA, Vladimir, Luis; RESZKA, Maria, Fátima. Pibid e residência pedagógica: potencializadores na formação dos licenciados em pedagogia e os impactos nas escolas. **Form@ção de Professores em Revista**, Taquara, v. 2, n. 2, p. 113-137, jul./dez. 2021.

SOUZA, Juliana Brandão; DIAS, Viviane Borges. Uma revisão bibliográfica sobre a construção da identidade docente no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na formação inicial de professores de Ciências e Biologia. **Ciência & Educação**, Bauru, n. 28, e 22023, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/74T7XpMjHnJS54zHsQTTyyK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 out. 2022.

VILLAS BÔAS, Fernanda Litvin. **Um estudo avaliativo do Pibid**: contribuições para avaliação de programas educacionais. 2018. 179 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, Brasília, 2018.

Recebido em: 02/10/2022

Aprovado em: 28/02/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 24 - Número 56 - Ano 2023

revistalinhas@gmail.com